

## O CONTEÚDO JURÍDICO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

5ª edição revista, ampliada e atualizada

área específica da obra Constitucional áreas afins do livro

## palavras-chave

Direito administrativo – Princípios jurídicos – Princípio da igualdade – Direito público – Celso Antônio Bandeira de Mello.

**FORMATO:** 12,0 X 18,0 cm **CÓDIGO:** 3452

As palavras singelas – e tantas vezes repisadas – do art. 5º, *caput*, da Constituição Federal encerram um sem-número de discussões, problemas e consequências.

O princípio da igualdade perante a lei, ou da isonomia, não significa, apenas, o nivelamento dos cidadãos perante a normal legal, mas muito mais: que a própria lei não pode ser editada em desconformidade a ele – princípio que obriga não só o aplicador da lei, mas também o legislador. Este livro, pequeno, mas tão denso e imprescindível como o próprio princípio constitucional que aborda, já se tornou um clássico de nossa literatura jurídica. Sai, agora, em nova edição, atualizada pela Constituição de 1988 e com a mesma qualidade das demais obras do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B214c Bandeira de Mello, Celso Antônio

O conteúdo jurídico do princípio da igualdade -- 5. ed. -- / Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

53 p. 12x18 cm ISBN impresso 978-65-5518-802-8 ISBN digital 978-65-5518-808-0

1. Direito administrativo. 2. Princípios jurídicos. 3. Princípio da igualdade. 4. Direito público. 5. Celso Antônio Bandeira de Mello. 6. Direito administrativo. I. Título.

CDD: 342 CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima - CRB/6 - 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 53 p. ISBN 978-65-5518-802-8.

## Celso Antônio Bandeira de Mello

Professor Emérito da PUC-SP. Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP.

## **SUMÁRIO**

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO II IGUALDADE E OS FATORES SEXO, RAÇA, CREDO RELIGIOSO	17
CAPÍTULO III CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO DESRESPEITO À ISONOMIA	23
CAPÍTULO IV ISONOMIA E FATOR DE DISCRIMINAÇÃO	25
CAPÍTULO V CORRELAÇÃO LÓGICA ENTRE FATOR DE DISCRÍMEN E A DESEQUIPARAÇÃO PROCEDIDA	41
CAPÍTULO VI CONSONÂNCIA DA DISCRIMINAÇÃO COM OS INTERESSES PROTEGIDOS NA CONSTITUIÇÃO	45
CAPÍTULO VII CAUTELA NA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS EM ATENÇÃO À ISONOMIA	49
CAPÍTULO VIII CONCLUSÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53